

NOMES LOGICAMENTE PRÓPRIOS E REFERÊNCIA DIRETA

ADRIANO NAVES DE BRITO

Universidade Federal de Goiás

Abstract

The general thesis I want to defend in this paper is the following: the knowledge by acquaintance with an indeterminate object is not sufficient to guarantee the naming of this object because the acquaintance with it is not sufficient to guarantee neither its identification nor its future reidentification. If I am right in defending this thesis, then it should be accepted that the reference made by demonstratives depends on primitive elements with predicative function. Now, if this point about demonstratives (which Russell called logical proper names) could be established with some plausibility, important supports for the rigid designation's thesis about proper names would be lost. In this case, a moderate descriptivist theory of proper names could be vindicated. I am interested on this last consequence of my argumentation but I will not develop it here. What I intend to do is to reconstruct the Russell's theory of names, specially his theory of the logical proper names, to discuss the distinction between naming and describing and than to argue against the referential privilege of demonstratives.

1. Introdução

O conflito entre as teorias descritivista e da referência direta dos nomes próprios com respeito ao acesso aos objetos por eles referidos pode ser colocado nos seguintes termos: se nomes próprios forem primariamente designadores rígidos, então deveria haver um acesso direto ao objeto por meio do ato de nomear, de sorte que a interpretação dos nomes próprios em frases independeria da consideração dos modos de apresentação dos objetos. Conforme a isto, um dado nome

© *Principia*, 5(1–2) (2001), pp. 1–17. Published by NEL — Epistemology and Logic Research Group, Federal University of Santa Catarina (UFSC), Brazil.

'a' referiria em todos os mundos possíveis o mesmo objeto singular. Se, ao contrário, nomes próprios não forem primariamente designadores rígidos (embora possam sê-lo na dependência de um uso mais elementar e básico), então o seu vínculo com os objetos teria de ser mediado e essa mediação teria de ser feita por descrições, pois a relação entre termos e objetos por meio de descrições seria a relação mais fundamental.

Uma das críticas aos descritivistas — e a única com que me vou ocupar aqui — sustenta-se na alegação de que a descrição não é nem o único modo possível de que dispomos para especificar singularmente os objetos e nem o modo mais originário de fazê-lo. Com efeito, na possibilidade de que haja um meio de especificação dos objetos que seja independente das descrições reside grande parte do vigor da idéia da referência direta.

O reverso dessa crítica — e que afeta agora os adversários dos descritivistas — é a dificuldade que encontramos em determinar o objeto referido por um nome se assumimos que esse nome refere diretamente, como por exemplo, quando assumimos que ele é um designador rígido. Mesmo que aceitemos que um nome se refira direta e rigidamente a seu referente, não temos como saber, apenas pelo seu nome, de que objeto se trata. Se se quiser sustentar a tese da referência direta e da designação rígida, então é necessário ter uma alternativa que resolva esta dificuldade.

É claro que o problema concerne apenas ao uso de nomes próprios na linguagem ordinária, em que a identificação daquilo sobre o que se fala é necessária. Na lógica, estritamente falando, essa exigência pode ser negligenciada. Mas, como o atesta a literatura, as disputas sobre as propriedades referenciais dos nomes próprios se desenvolvem no âmbito da linguagem natural, muito embora, é preciso conceder, a inspiração para as teorias da referência para esses termos seja lógica.¹ O âmbito que tenho aqui em vista, deixo de antemão claro, não é o das linguagens formais, mas o do uso ordinário dos nomes próprios.

Dito isso, a alternativa a que me referia consiste, da parte da teoria da referência direta, em sustentar que o ato de nomear objetos difere fundamentalmente do ato de descrevê-los, de tal modo que, na nomeação, a especificação do objeto nomeado seria, ao contrário

de sua especificação por meios descritivos, imediata e não mediada. O que está em questão, como é evidente, são os modos possíveis de nosso acesso cognitivo a objetos. Uma questão, portanto, atinente também à teoria do conhecimento. O debate tem ares vetustos, mas ressurgiu, graças ao caráter lógico-lingüístico de boa parte da filosofia contemporânea, com remozado ânimo.

Russell, cuja filosofia está claramente marcada pela intersecção entre análise lingüística e reflexões epistemológicas, defendeu que são dois os tipos de conhecimento que temos dos objetos do mundo: o conhecimento por descrição e o conhecimento por contato perceptivo direto.² O tipo de acesso perceptivo imediato que temos a objetos é que estaria, por exemplo, na base do uso significativo de pronomes demonstrativos como “isto” ou “aquilo”, aos quais sua teoria reserva o papel de nomes próprios no sentido estrito de sua função lógica de estar por objetos. Russell os denominou de nomes logicamente próprios, cujo contato com seu objeto de referência seria direto e feito sem a mediação de descrições. Numa outra linguagem, um contato não conceitual ou não predicativo.

Ora, se há um conhecimento não descritivo dos objetos, então esse tem de ser o conhecimento por contato perceptivo direto, que está na base do uso dos pronomes demonstrativos. A convicção de que o contato perceptivo garante um conhecimento do objeto opera em favor da tese da referência direta e, por conseguinte, em defesa da concepção que vê os nomes próprios como designadores rígidos.

Se for possível argumentar contra a tese defendida originalmente por Russell a respeito do privilégio referencial dos nomes logicamente próprios, os dêiticos, e contra a sua correspondente assunção de um conhecimento por contato imediato a eles relativo, estará à mão defender a primazia do conhecimento descritivo e o caráter originário, e não derivado, da referência indireta de nomes próprios.

A tese subjacente à argumentação é a de que o contato perceptivo imediato com um objeto ainda indeterminado não é suficiente para garantir a nomeação, pois não é suficiente para garantir a identificação e reidentificação futura do objeto. Considerando isso, a referência levada a cabo mediante os dêiticos será vista, ela mesma, como dependente de elementos predicativos mais primitivos. Se esse ponto puder ser estabelecido com plausibilidade a respeito desse subcon-

junto dos nomes, isso contaminaria bases importantes da concepção que toma os nomes próprios como designadores rígidos e contribuiria para a defesa de um descritivismo moderado. Esta é uma consequência que tenho em vista com o que pretendo fazer aqui.

Esteja, no entanto, avisado o leitor de que os argumentos que posso apresentar nos limites deste artigo são insuficientes para sustentar de modo abrangente e conclusivo uma tese em favor do descritivismo. Uma argumentação muito mais refinada sobre os objetos, os nomes e sua semântica seria necessária. Este caminho mais completo, eu o percorri alhures.³ Do que aqui se trata será apenas de apresentar algo mais modesto — mas que até então não desenvolvi a contento —, a saber, minhas razões para rejeitar que se possa apoiar com consistência a tese da referência direta na teoria de Russell sobre os dêiticos.

Meu itinerário será o seguinte: reconstruirei de maneira breve a teoria de Russell sobre os nomes, em especial sua teoria sobre os dêiticos ou nomes logicamente próprios, antes de retomar o tema da distinção entre nomear e descrever. Em seguida, discutirei essa diferença a partir das posições de Marcus e Kripke e concluirei com uma argumentação contra a tese russelliana do privilégio referencial dos nomes logicamente próprios. Espero, como consequência dessa argumentação — embora não possa desenvolver o ponto aqui — o enfraquecimento da posição dos que defendem para os nomes próprios a tese da referência direta, aí incluídos os defensores da designação rígida.

2. Nomes logicamente próprios

A idéia de um vínculo direto entre os elementos referenciais de uma frase e objetos soa para a lógica como um canto de sereia. Uma idéia recorrente sobre os nomes é que por intermédio deles os objetos são como que diretamente pinçados no mundo. Russell, na segunda parte de *The philosophy of logical atomism*, define nomes próprios como palavras para particulares (Russell 1918, p. 200). O exemplo que oferece para esclarecer a definição nos mostra características bem distintas das que comumente conferimos a nomes próprios e a particulares.

Se fizermos um ponto na lousa — é seu exemplo — e dissermos “Isto é branco”, o termo “isto” referirá o nosso ponto enquanto o mantivermos sob nossa atenção e percepção, quer dizer, enquanto estivermos em contato perceptivo e intencional com ele. Mas se nos quisermos referir àquele ponto no dia seguinte, então a melhor maneira de fazer isso seria batizando esse ponto, digamos, pondo-lhe o nome de João.

Embora com o uso de “João” eu mencione o ponto feito no dia anterior, eu o faço hoje apenas mediante recursos descritivos. Se me perguntam, quando o ponto já não mais está no meu campo perceptivo: “o que é João?”, não posso apontar para o ponto e dizer: “isto!”. Posso apenas descrevê-lo, por exemplo, como o ponto que marquei na lousa no dia de ontem, ou como o ponto branco que ontem estava marcado no quadrante esquerdo superior da lousa da sala dois etc. “João”, com efeito, não me liga diretamente ao objeto, não me dá dele nenhum conhecimento imediato. Vinculado a descrições, “João” menciona o ponto sobre o qual, agora que falo dele no dia seguinte, somente posso ter um conhecimento descritivo. Contudo, enquanto formos capazes de manter o ponto branco que acabamos de fazer na lousa em nosso campo visual e sob nossa atenção, não precisamos de nenhuma mediação para sabermos a que estamos conferindo a qualidade de ser branco. Bastará apontar para o ponto e dizer: “Isto, isto é branco”.

Ora, para Russell, as palavras que realmente estão por particulares em frases não são, pois, os nomes no sentido sintático do termo, mas termos como “isto” ou “aquilo”. Pronomes demonstrativos, ou dêiticos, cujo uso é maximamente sensível ao contexto em que são expressos. Termos como “João”, “Carlos” e outros sintaticamente congêneres são, na verdade, segundo a sua teoria, abreviações de descrições. E, estritamente falando, não nomeamos senão aquilo com o que temos um conhecimento por contato. Quando o fazemos, usamos nomes próprios no sentido lógico do termo. Para nos referirmos a tudo o mais, usamos descrições, abreviadas ou não.

Um nome, no sentido estrito de uma palavra cujo significado é um particular, somente pode ser aplicado a um particular com o qual o falante está em contato, pois você não pode *nomear* nada com o que você não tenha um conhecimento por contato (*is acquainted*

with). ... As únicas palavras que se usa como nomes no sentido lógico são palavras como “isto” ou “aquilo”. (Russell 1918, p. 200 e 201. Grifo meu.)

Russell menciona, quando termina a exposição de sua teoria da designação no artigo *On denoting*, que um dos interessantes resultados da teoria é que, segundo ela, nomes próprios, no sentido estritamente lógico, estariam de tal modo por particulares nas frases que eles — os particulares — não estariam nelas — as frases — meramente referidos, mas como que aí ‘contidos’. Esta seria, sem dúvida, uma marcante diferença entre nomear e descrever um objeto. A nomeação, fundada numa apreensão direta, não conceitual, do objeto, no-lo apresentaria, numa proposição a ele relativa, de modo imediato. Mediante a descrição, porém, os objetos estariam apenas indicados por suas propriedades.

Quando há alguma coisa com a qual não temos contato perceptivo direto, mas sobre a qual temos somente definições dadas por frases denotativas, então, as proposições nas quais esta coisa é introduzida por meio de uma frase denotativa não contém esta coisa como um constituinte, mas contém, no lugar disso, os constituintes expressos pelas muitas palavras da frase denotativa. Assim, em todas as proposições que nós podemos apreender (i.e. não apenas aquelas cuja verdade ou falsidade nós julgamos, mas em todas aquelas que podemos pensar) todos os constituintes são realmente entidades com as quais temos conhecimento por contato perceptivo direto. ... [No caso de termos apenas um conhecimento descritivo daquilo que é referido] conhecemos as propriedades de uma coisa sem termos conhecimento por contato perceptivo direto (*without having acquaintance*) com a coisa ele mesma e sem, conseqüentemente, conhecer nenhuma proposição singular da qual a coisa, ela mesma, é um constituinte. (Russell 1905, p. 55–6).

Se pensarmos que todas as propriedades podem ser definidas em termos de outras propriedades, ou que, *mutatis mutandis*, as palavras somente podem ser definidas por outras palavras, então parece intuitivo que devem haver palavras que possamos compreender sem o recurso a definições (Cf. Russell 1959, p. 125), termos cujo significado apreenderíamos imediatamente, a saber, pela apreensão imediata de

seus objetos de referência, eles mesmos, e não pela compreensão da descrição de suas propriedades.⁴

Com que tipo de objetos estamos concernidos aqui? As entidades das quais podemos ter conhecimento por contato imediato são os particulares. Russell, ao longo de seu desenvolvimento filosófico, mudou sua concepção a respeito dos particulares, embora não o tenha feito no tocante aos nomes próprios. O ponto é interessante para entendermos a natureza do tipo de conhecimento — e, portanto, de acesso — direto que, segundo alega Russell, podemos ter dos objetos do mundo. Sobre isso discorrerei brevemente na secção seguinte.

3. Particulares

Na concepção original de Russell, uma linguagem lógica adequada além de dever sempre apresentar explicitamente a sua estrutura — correspondente à estrutura do mundo —, deveria também ter termos para os elementos mais simples dessa estrutura. Os termos para esses elementos seriam os nomes próprios. Na lógica, os nomes próprios estariam, portanto, para o simples: aquilo que, uma vez estruturado, formaria o complexo. O simples estaria para o que a tradição conheceu como o particular.

Desde essa perspectiva, o conhecimento por contato, característico de nosso acesso ao mundo mediante os nomes logicamente próprios, é o conhecimento de particulares, objetos simples que seriam os elementos constitutivos do mundo. Seu conhecimento, irreduzível ao conhecimento de outro constituinte menos complexo, seria elementar e direto. Algo, portanto, bem expresso na proposição: “Isto é branco”. Nessa proposição, enquanto tomamos “isto” como elemento indefinido, usamos o termo como um nome próprio autêntico. Se tentarmos especificá-la em termos dos predicados que lhe correspondem, falhamos em usar um nome próprio.

Dizemos “Isto é branco”. Se você concorda que “Isto é branco”, querendo dizer o “isto” que você vê, você está usando “isto” como nome próprio. Mas se você tenta apreender a proposição que estou expressando quando digo “Isto é branco”, você não consegue. Se

você quer dizer este pedaço de giz como um objeto físico, então você não está usando um nome próprio. Somente quando você usa “isto” de modo muito estrito, para estar por um objeto atual do sentido, é que ele é realmente um nome próprio. (Russell 1918, p. 201).

Quando, nos anos cinqüenta, Russell escreve *My philosophical development*, sua visão a respeito dos particulares já havia mudado. O que o levou a isso foi o problema de determinar quando, de fato, se chega ao fim da análise daquilo que é complexo. Ficou mais e mais evidente para ele que, embora se possa determinar que algo é complexo, não é possível determinar que algo seja simples. Uma análise ulterior parece ser sempre possível. Essa conclusão, entretanto, não compromete nenhuma afirmação que façamos sobre a coisa que se tem em vista. Tudo, exceto o fato de a definirmos como simples, permanece válido sobre ela, seja ela simples ou complexa. Russell, por essa razão, considerou a distinção entre simples e complexo como desnecessária.

A definição de Russell, que aludi acima, para os nomes próprios como palavras para particulares, parece, à primeira vista, ficar comprometida com a posição de indiferença a respeito da complexidade ou simplicidade dos objetos. Ele esteve atento a essas conseqüências, mas não me parece que são importantes. Consideremos o seguinte. Se não é possível determinar o que é simples, então os particulares nos são inefáveis. Considerando a definição de que nomes próprios são palavras para particulares, as proposições compostas a partir desses termos deveriam ser sem sentido, já que versariam sobre o inefável. Contudo, estou certo de que para a teoria de Russell sobre os nomes logicamente próprios — e para outras que apostam na possibilidade da referência direta — o caráter do objeto referido por esses termos é muito menos relevante, se de alguma importância têm, do que o modo de acesso cognitivo que a ele temos. Como afirma Russell:

Quais são as palavras que nós podemos entender de outro modo que por meio de uma definição verbal? Novamente, omitindo palavras lógicas, as palavras que podemos entender sem uma definição verbal precisam denotar coisas que podem, em certo sentido, ser apontadas. ... Nomes, neste sentido restrito, somente podem ser dados a

alguma coisa experimentada, seja no sentido seja no pensamento. A questão de se o que é experimentado é simples ou complexo é irrelevante, mas não é irrelevante que nós nunca experimentamos o tipo de particular pontual que nossa discussão precedente ... rejeitou como desnecessário. (Russell 1959, p. 126).

Pelo que se vê, o que de fato importa é que nomes próprios autênticos devem estar por objetos que nos podem ser dados imediatamente aos sentidos, não importa que sejam eles simples ou complexos. Russell chega a propor que, como conseqüência de sua mudança de postura com respeito aos particulares, alguns acertos lingüísticos seriam recomendáveis. Ao invés de uma proposição como "Isto é branco", deveríamos ter algo como: "Brancura é co-presente com centralidade" ou algo semelhante. O acerto, contudo, nada muda na natureza de um nome próprio autêntico. Usamos agora "brancura" assim como usávamos "isto", a saber, de modo absolutamente não descritivo, mas simplesmente como aquilo que vejo agora e que você também vê.

Embora a adesão tardia de Russell a uma concepção que toma as propriedades como os mais básicos elementos constitutivos do mundo tenha mudado o contorno de sua metafísica, isso não teve nenhuma conseqüência notável para a sua teoria dos nomes e nem para a teoria do conhecimento dos objetos de referência desses nomes. Nomear continuou sendo, para ele, algo fundamentalmente distinto de descrever. Uma diferença garantida pela assunção de um modo privilegiado, quer dizer, não predicativo, de acesso a objetos, seja lá que natureza eles tenham.

4. Designadores rígidos e dêiticos

Quero, agora, apresentar alguns argumentos contra a idéia de que os dêiticos referem diretamente, nos termos do conhecimento por contato que acima expus, a partir do pensamento de Russell, e levar alguma credibilidade para a tese de que nomes próprios *podem* ser designadores rígidos, mas que o uso desses termos como designadores rígidos é parasitário de um outro uso, mais originário e primitivo, em que nomes próprios não designam rigidamente. Os argumentos terão,

segundo creio, um impacto significativo, mas não devastador, sobre a tese da designação rígida assim como a defende Kripke. Retomo, para os meus propósitos, a distinção entre nomear e descrever a partir de um segundo ponto de vista, o de R. B. Marcus.

Marcus (1962, p. 83) propõe a análise do ato de nomear segundo os cânones da rotulação. Deve-se perguntar, no entanto, qual a função de um rótulo. Rótulos se prestam a identificar os objetos por eles rotulados, mas seu funcionamento depende de que sejam de tal modo fixados aos objetos, que seja possível, em outra ocasião, reidentificar esses objetos simplesmente observando-se seus rótulos. A identificação do objeto se dá, pois, pelo seguinte critério: o objeto tal é aquele que tem tal ou tal rótulo.

O problema, entretanto, é precisamente como identificar *o objeto tal* e o modelo de Marcus já pressupõe esse passo. A rotulação de objetos exige, para ser feita, a identificação do objeto a ser rotulado, mas isso repõe a questão de como o objeto vai, a fim de que possa ser nomeado, ser especificado sem que se recorra a descrições dele. O modelo descrito por Marcus funciona somente sob a condição de termos, de um lado, coisas, devidamente individuadas e para as quais disponhamos de critérios para a sua reidentificação futura, e, de outro, uma coleção de signos, tal que estipulemos uma relação biunívoca entre esses elementos. Esta é uma situação possível, e pode ser construída artificialmente, mas não é a situação que tipifica a relação entre a língua natural e o mundo. E isto porque simplesmente não temos nem o controle sobre os signos ou sobre o uso dos signos designadores, nem temos, em princípio, os objetos à mão. Embora pareça concordar com esse último ponto, Marcus não vê por isso razão para rever sua posição a propósito da diferença entre nomear e descrever:

Que qualquer língua deveria considerar algumas entidades como coisas pode parecer uma pré-condição para ela. Mas isto não quer dizer que [aquela] experiência seja dada a nós como uma coleção de coisas, pois parece que há variações culturais, acompanhadas por variações lingüísticas, na determinação do que é especificado como coisa. Também parece pré-condição de uma língua que a especificação de uma entidade como uma coisa esteja acompanhada de muitas — e talvez de um número indefinido ou infinito — de des-

crições, pois, de outro modo como a coisa poderia ser especificada? Mas conferir um nome próprio a uma coisa é diferente de dar-lhe uma descrição individuadora. (Marcus 1962, p. 83.)

Dizer que para especificar coisas é preciso usar descrições decide o debate em curso contra a tese da referência direta. E se, como acho que é o caso, rotular pressupõe alguma descrição, então, poderíamos perguntar se não seria a descrição o único modo possível de que dispomos para especificar os objetos singularmente. Quanto à diferença entre nomear e descrever, ela teria um caráter apenas interno à própria língua. É claro que fazemos, no sentido meramente lingüístico, coisas diferentes quando nomeamos ou descrevemos. Há aqui regras diferentes de discurso envolvidas. Disso não se segue que pela nomeação temos um acesso diferente ao mundo do que temos pela descrição. Do ponto de vista estritamente semântico (isto é, do ponto de vista da referência da linguagem ao mundo), a descrição é que nos dá suporte para falarmos daquilo que há, mesmo que usemos para isso nomes. Se esta for a tese correta, então a concepção segundo a qual nomes próprios são, originariamente, designadores rígidos, perderia um importante apoio. Afinal, a convicção de que o contato perceptivo garante um conhecimento do objeto é decisiva para a defesa da tese da referência direta.

Para Kripke, que haja um tal conhecimento parece ser, em todo caso, um fundamento dado. Para ele, um fundamento claramente evidenciado na habilidade dos dêiticos de referir diretamente.

É claro que, se alguém exige que todo mundo possível tenha de ser descrito de um modo puramente qualitativo, então não podemos dizer, 'Suponha que Nixon tenha perdido as eleições'. Temos de dizer, ao invés, alguma coisa como 'Suponha que um homem com um cão chamado Checkers e que se parece com a personificação de um certo David Frye existe em um mundo possível e perde as eleições'. Bem, ele se parece o suficiente com Nixon para ser identificado com Nixon? (...) Por que temos de aceitar esta exigência? Este não é o modo como normalmente pensamos sobre situações contrafactuais. Nós simplesmente dizemos 'Suponha que este homem tenha perdido'. É *dado* que o mundo possível contém *este homem*, e que naquele mundo ele perdeu as eleições. Pode haver um problema em determinar que intuições sobre possibilidade se deve considerar.

Mas, se temos uma intuição sobre *aquilo* (a perda das eleições por *aquele homem*), então é uma intuição sobre *aquilo*. E aquilo não precisa ser identificado com a possibilidade de um homem com tais e tais feições, ou com tais e tais concepções políticas, ou descrito de qualquer outro modo qualitativo, tenha perdido as eleições. Podemos **apontar** para o *homem* e perguntar o que teria acontecido com *ele* se os eventos tivessem sido diferentes. (Kripke 1972, pp. 45–6. Negrito meu.)

É óbvio que a argumentação de Kripke — e, em geral, de todo defensor da tese da referência direta — é muito dependente da força referencial dos pronomes demonstrativos (*demonstratives*). O batismo, que sem dúvida é para Kripke o paradigma para o ato de nomeação, é uma cerimônia calcada na denotação ostensiva, característica dos pronomes demonstrativos. Nesse tipo de cerimônia, alguém aponta ostensivamente para um objeto e diz: “Este objeto será doravante chamado tal e tal”.

Mas, pensemos, por exemplo, que alguém aponte no final da tarde para o primeiro corpo celeste que brilhe no horizonte e faça a seguinte afirmação:

(1) Isto é Hesperus.

A ligação entre ‘Hesperus’ e o objeto apontado, deveria ser, então, da mesma natureza daquela que vincula o pronome demonstrativo ‘isto’ ao objeto apontado. Porém, até que ponto essa ligação entre os pronomes demonstrativos e os objetos por eles referidos é direta, isto é, independente de descrições qualificadoras desses objetos?

Se digo, por exemplo:

(2) Isto é uma mesa

e este enunciado é verdadeiro, então não faz sentido algum apontar novamente para o mesmo objeto e dizer: “Isto é uma cadeira”. Se o objeto que foi referido em (2) mediante o demonstrativo ‘isto’ for de fato uma mesa, então, de modo trivial, ele não pode ser uma cadeira. Esse resultado pressupõe, é claro, que (2) seja verdadeiro. Se me estou referindo ao mundo físico, não há como conhecer o valor de verdade de (2) *a priori*, mas é preciso que eu possa de algum modo

verificar se o objeto, o qual é referido com 'isto', de fato é uma mesa e não, por exemplo, um cadeira. A expressão dêitica 'isto' em (2) só se refere efetivamente ao objeto, sobre o qual aí se predica que ele é uma mesa, se os participantes da instância de comunicação em que (2) for asserida — aí incluído o próprio falante —, puderem entender o predicado de espécie (ou sortal) 'mesa', bem como sua ocorrência no predicado 'é uma mesa'. A referência só se efetiva na comunicação quando os participantes dominam o uso dos termos que qualificam o objeto. Isso ocorre porque sem a compreensão do predicado 'é uma mesa' (considerando que apenas esse predicado esteja em questão), o que inclui a compreensão do predicado de espécie 'mesa', não se pode saber o que é que está referido por 'isto' em (2).

E como é que se pode verificar se o objeto x , sobre o qual se fala em (2), é uma mesa? Aqui não existe nenhum atalho que circunde por fora a linguagem. O objeto x é classificado como uma mesa mediante a subsunção de x aos critérios de identificação de uma mesa. Esses critérios são aqueles que a comunidade lingüística, na qual (2) é asserida, vincula, segundo convenções, ao uso do termo 'mesa'.

Pertence ainda às condições para a compreensão de (2), que os interlocutores dominem as convenções que regem o uso dos gestos para demonstração ostensiva, bem como o uso de expressões dêiticas. Isto inclui a compreensão de que a determinação da referência de expressões dêiticas é fortemente dependente do contexto de asserção do enunciado que a contém. Expressões dêiticas referem-se, a cada vez, ao objeto que, relativamente à posição do falante, esteja mais inequivocamente em evidência para ser referido. O mesmo ocorre com outros indexicais. Assim, *grosso modo*, o pronome 'eu', por exemplo, especifica a pessoa que a cada vez usa esta expressão, 'você' especifica aquele que é interpelado pelo falante e 'isto' especifica, a coisa com a qual ouvinte e falante, no momento da asserção da expressão, tenham contato perceptivo.

Considerar verdadeira (2) não garante, contudo, um contato direto com o objeto x , ele mesmo, o qual foi, no enunciado, especificado como mesa. A dependência que expressões dêiticas têm da percepção imediata não é, por si mesma, uma condição suficiente para permitir que sejam usadas sem a necessidade de nenhuma determinação ulterior — ou anterior — do objeto. Quando se trata de pronomes

pessoais, sabe-se, por exemplo, que o objeto referido é normalmente uma pessoa. É com o uso de 'isto', se o contexto da asserção não fornece orientação suficiente para a classificação dos dados da percepção, então seu uso depende de determinações explícitas do objeto a ser referido. O uso de expressões dêiticas é, por conseguinte, parasitário de um certo domínio prévio de descrições do mundo e de seus objetos, bem como do domínio das regras de uso desses termos.

É possível pensar uma situação em que, segundo um improvável, mas não impossível, acordo, o predicado de espécie 'mesa' começasse a ser usado para designar os objetos que chamamos cadeira. Uma condição para que isso fosse possível não seria, obviamente, uma conversão de todas as mesas em cadeiras, quer dizer, não a mudança do mundo, mas a mudança das convenções — e entre elas, dos critérios que precisam ser usados para especificar o objeto de um conceito — as quais vinculamos ao uso de 'mesa'. Seria, por conseguinte, necessário ligar ao uso de 'mesa' as convenções que normalmente vinculamos ao uso do termo 'cadeira'.

E quais são os critérios para a especificação de uma mesa entre outros objetos? Para a especificação de uma mesa na multiplicidade da percepção é necessário o domínio do uso de outros predicados que, de acordo com a pergunta pela natureza de uma mesa, possam ser usados para a elaboração de uma definição, como por exemplo: 'ter quatro pernas', 'ser usada para tal e tal fim', 'ser constituída de uma tábua sobre algumas pernas que a sustentam' etc. Os critérios para a determinação de uma mesa são as descrições, as quais são fornecidas pelos predicados que podem ser adequadamente atribuídos a uma mesa. Além do mais, o que pode contar como predicado de uma mesa tampouco é algo que se possa discriminar de uma vez por todas numa lista definitiva. Esses predicados compõem um conjunto sempre sujeito a retificações, sejam elas acréscimo ou subtração de elementos.

Se a determinação de um valor de verdade para (2) depende da especificação do objeto ao qual 'isto' aí se refere; e se esta especificação depende do domínio das convenções que regem o uso das expressões dêiticas e em última instância de um predicado que qualifique o objeto, então a referência de 'isto' ao objeto que a cada vez é por ele referido não é direta, mas mediata.

A argumentação vale também para a análise de (1). Na frase “Isto é Hesperus”, a referência de ‘isto’ permanece indeterminada enquanto não se especificar o objeto referido, de tal modo que se saiba sobre o que se está falando. Se imaginamos agora que em (1) se está realizando uma cerimônia de batismo e que o que se está a dizer é que ‘isto’, para o qual se está apontando, será doravante chamado de Hesperus, então o contexto tem de dar suficientes garantias de que o objeto batizado está de tal modo especificado, que os usuários da língua poderão reconhecê-lo em outras situações e estarão, com isso, aptos a se referir a ele com o uso de ‘Hesperus’.

Para ser batizado, um objeto tem que estar suficientemente distinguido na multiplicidade dos dados da percepção. Não se pode batizar um objeto para o qual não haja clareza sobre sua identidade, a não ser que se faça isso sob a condição de uma definição, tal que se estipulasse que seria denominado ‘N’ o objeto, *qualquer que fosse ele*, que tivesse tal e tal atributo. E entretanto, como fixar a identidade de um objeto senão por referência a uma propriedade *F*, com respeito a qual, como aponta Geach, se possa dizer de um objeto *x* qualquer que ele permanece ‘o mesmo *F*’? (Cf. Geach 1962, p. 39).

Ora, o simples contato perceptivo com um conjunto indeterminado de dados da percepção é inútil para a determinação de um objeto. Definições ostensivas são de fato ostensivas, mas, como tais, ainda não propriamente uma definição apenas por meio da qual se possa especificar verdadeiramente um objeto.

A determinação de Hesperus exige, do mesmo modo que a determinação da referência de ‘isto’, a sua qualificação e para tanto não há nenhum recurso ulterior senão a atribuição de predicados (no sentido geral) a esses objetos. Para responder à questão “o que é isso a que chamamos Hesperus?” é preciso recorrer, ao fim e ao cabo, a descrições que qualifiquem Hesperus, a fim de identificá-lo como tal e tornar possível sua reidentificação o longo do tempo. O contato perceptivo imediato com um objeto indeterminado não é suficiente para garantir a nomeação, pois não é suficiente para garantir a identificação e reidentificação futura do objeto.

A análise se aplica de igual modo às cores, que é o exemplo de Russell. A compreensão da frase “Isto é branco” não implica que tenhamos acesso direto a algo que seja branco ele mesmo, o que quer

que isso possa querer dizer. Nem é preciso supor que tenhamos acesso à brancura de uma cor. Com respeito às cores, o que aprendemos é a diferenciá-las uma das outras e o fazemos distinguindo suas qualidades, precisamente aquelas que nos ajudam a identificá-las em suas ocorrências.

Um último argumento poderia ser levantado em defesa de Russell. O que mostrei foi que sem predicação, e, por conseguinte, sem recurso à descrições, a reidentificação de um objeto referido não é possível, o que inviabiliza o uso de nomes próprios. Isso, contudo, deveria ter pouca ou nenhuma importância para Russell, para quem seus nomes logicamente próprios nunca referem o mesmo objeto, mas a cada instante um outro. Há aqui, como vejo, uma incômoda artificialidade. Posso entender que queiramos estabelecer que com o termo “isto” ou “aquilo” referiremos a cada momento um novo objeto ou um estado de coisas — ou o estado de uma coisa — transitório e que não posso descrever sem que já se tenha modificado. Mas, com certeza, não é assim que usamos “isto” ordinariamente e é com esse uso e não com um uso, digamos, “lógico” do termo que nos temos de haver quando o que está em questão é a linguagem natural. É difícil pensar como poderia funcionar um tal uso senão como uma rotulação, o que nos recolocaria no ponto em que deixamos Marcus. Se aponto para algo e digo “Isto é branco”, espero poder remeter-me ao objeto uma segunda vez — quando, por exemplo, há dúvidas com respeito a que me estou reportando — para confirmar que aquilo sobre o que eu falei que é branco é mesmo isto, e não outra coisa.

Referência bibliográficas

- Brito, Adriano N. de 2002. *Nomes próprios: semântica e ontologia*. Brasília: UnB.
- Geach, Peter. 1962. *Reference and generality*. Ithaca: Cornell University Press.
- Kripke, Saul A. 1972. *Naming and necessity*. (2nd. ed.) Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 1980.
- Marcus, Ruth B. 1962. “Modalities and intensional languages.” In M. W. Wartofsky (ed.) *Boston Studies in the Philosophy of Science*. Dordrecht: D. Reidel, pp. 77–116.

- Russell, Bertrand. 1905. "On denoting." In —. *Logic and knowledge*. London: Unwin-Hyman, 1956, pp. 39–56.
- . 1918. "The philosophy of logical atomism." In —. *Logic and knowledge*, pp. 175–282.
- 1959. *My philosophical development*. London: Routledge, 1985.

Keywords

demonstratives; Russell; reference; rigid designators

Adriano Naves de Brito
Departamento de Filosofia
Universidade Federal de Goiás
Cx. Postal 131
74001-970 — Goiânia, GO
Brazil
adriano@fchf.ufg.br

Notas

¹ O trânsito pouco cauteloso entre o âmbito da lógica e o da linguagem natural pode ser fonte de muitos e indesejosos equívocos. Acredito que a discussão contemporânea sobre os nomes próprios corrobore bem esta afirmação, mas não posso aqui trazer mais água para este moinho.

² Traduziu-se originariamente ao português o termo *acquaintance* por *familiaridade*. Não acredito ser esta uma boa escolha para a tradução e não a usarei, e isso a despeito do incômodo de não conseguir exprimir o termo inglês em apenas um termo português.

³ Brito, A. N. de. *Nomes próprios: semântica e ontologia*. (Brasília: UnB, 2002.)

⁴ Há, subjacente a este argumento, a concepção semântica característica do atomismo lógico. Segundo essa concepção, o significado está, num sentido fundamental, embora obscuro, dado pelos objetos do mundo, assim como à estrutura da linguagem corresponde, em seus traços mais elementares, a estrutura do mundo. Do mesmo modo que se pode disputar sobre a primazia referencial dos nomes logicamente próprios, poder-se-ia também disputar sobre aquela concepção semântica. Obviamente, não o farei neste artigo, mas acredito que um resultado contra a referência direta traga conseqüências favoráveis para a crítica da semântica atomista.